



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681198 - RS (2021/0225247-4)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : EDSON DA SILVA GOMES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EDSON DA SILVA GOMES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Apelação n. 5096645-42.2020.8.21.0001).

O paciente foi sentenciado "como incurso nas sanções do artigo 33, *caput*, da Lei nº 11.343/06, c/c artigo 61, inciso I, do Código Penal, impondo-lhe a pena de 06 (seis) anos e 06 (seis) meses de reclusão, em regime inicial fechado" (fl. 325), entendimento mantido em razão do desprovimento da apelação.

Sustenta que o flagrante se reveste de ilegalidade em razão da invasão de domicílio promovida pelos policiais, sopesando precedentes jurisprudenciais que reconhecem a ilicitude das provas obtidas por meio de invasão de domicílio sem expressa ordem judicial ou comprovada autorização do morador.

Requer, liminarmente e no mérito, o reconhecimento da ilicitude das provas, o que conduziria ao trancamento da ação penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria

por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que "o trancamento da ação penal ou inquérito policial por meio do *habeas corpus* é medida excepcional. Por isso, será cabível somente quando houver inequívoca comprovação da atipicidade da conduta, da incidência de causa de extinção da punibilidade ou da ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito" (AgRg no HC n. 615.321/PR, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 12/11/2020), o que torna a liminar em plantão momento inadequado à pretensão de reconhecimento da ilicitude da prova.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente